
125ª Sessão Ordinária 19DEZ2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo de Ver. Adeli Sell.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero iniciar este período de Grande Expediente, provavelmente o último desta legislatura, agradecendo ao Ver. Adeli Sell a cedência de seu tempo, e à nossa Líder, Ver.^a Sofia Cavedon. Quero também cumprimentar e agradecer a todos os colegas, Vereadores e Vereadoras, que, nesses 12 anos de convivência, alguns por um maior período, outros por um período menor, nos acompanharam nessa empreitada diária na Câmara de Vereadores debatendo os assuntos da Cidade. Quero, respeitosamente, Sr. Presidente, agradecer pelo apoio e mesmo pelas divergências que tivemos nesta Casa. Eu costumo dizer que sem divergência não há evolução. E aqui na Câmara de Vereadores esta tribuna faz com que as divergências sejam explicitadas. Eu quero aqui citar alguns colegas Vereadores dos quais, ao longo desse tempo, divergi muito e, em alguns momentos, tivemos momentos mais duros. Mas quero registrar o Ver. Idenir Cecchim, que foi sempre fraterno na política. Quero aqui lembrar do Ver. Luiz Braz, do Ver. Haroldo de Souza, do Ver. Valter Nagelstein – que continua sendo colega –, do Dr. Thiago. Sempre fizemos e sempre faremos o debate discordante e divergente, mas sempre sincero e fraterno politicamente. Nesse período, tivemos algumas conquistas que deixamos registradas aqui nesta Casa, bem como conquistas para a cidade de Porto Alegre, as quais gostaria de citar algumas. Quando, em 2004, nos elegemos lá na Restinga, colocamos uma placa dizendo que faríamos uma luta pelo Hospital da Restinga e pela Escola Técnica Federal. Naquele momento, Ver. João Carlos Nedel, assumimos esse compromisso, montamos um comitê, levamos um ano e meio discutindo, na época, com o Prefeito José Alberto Fogaça, com o

seu coordenador administrativo, que era representante do Secretário Pedro Gus, que chegou, depois de um ano e meio, dizendo que não precisava mais de hospitais na cidade de Porto Alegre, muito menos na Restinga, Extremo-Sul.

Vou registrar aqui para as senhoras e os senhores e todos os ouvintes o que eu disse para ele naquela discussão. Eu disse que nós não gostaríamos que ele morasse lá no Extremo-Sul, no Beco do Cego, onde não tem transporte público, onde não pega telefonia, e, não se tendo carro, numa noite de julho, na madrugada, seria inviável o auxílio se alguém tivesse algum problema sério de saúde, como ataque cardíaco ou outras situações. A partir daí, montamos um comitê na luta pelo Hospital da Restinga – foram 25 reuniões no Ministério Público. E eu quero aqui deixar o registro e o agradecimento à Promotora Ângela Salton, que exigiu tanto da gestão do Prefeito Fogaça quanto do Prefeito Fortunati que cumprissem as suas partes no acordo pré-estabelecido. E nós caminhamos nesse processo. O Poder Público Municipal doou a área lá no parque, quando o Ver. Cecchim era Secretário da SMIC. Lá está o hospital hoje. Por que lá ele está? Porque, no dia 18 de setembro de 2016, o então Presidente Lula assinou o Decreto dando filantropia especial para o Hospital Moinhos de Vento e mais cinco hospitais de São Paulo. O único do Rio Grande do Sul foi o Moinhos de Vento, e ali está construído o primeiro projeto, 100% com recursos da filantropia e 100% SUS, com R\$ 127 milhões lá aplicados, onde o seu custeio é feito 50% de responsabilidade do Governo Federal, 25% de responsabilidade do Governo do Estado e 25% do Governo do Município, mas a gestão é de responsabilidade do Governo público municipal.

Está resolvido? Não, não está, Ver. Prof. Alex. Por que não está resolvido? Porque o projeto sempre foi – para iniciar naquela região – para ser um sistema integrado da saúde pública, onde as redes dos postos de Saúde da Família estejam funcionando, onde o atendimento intermediário da saúde esteja funcionando. Então, trata-se do atendimento familiar, da triagem, da identificação, da baixa e alta complexidade, para que possamos ter essa cadeia constituída, instituída e com isso evitarmos que os desvios do Sistema Único de Saúde continuem sendo executados, que os desperdícios de marcar consultas e não executar continuem sendo realizados. Então, essa luta da saúde é uma luta que se mantém presente.

Quero registrar aqui também que, nesse trabalho, eu e o Dr. Goulart fizemos uma emenda, em 2006, destinando parte dos recursos da emenda orçamentária, na época

R\$ 450 mil, para a construção do posto de saúde Chapéu do Sol e do Núcleo Esperança. Foi o suficiente esse recurso? Não foi, mas impulsionou que esses postos de saúde, junto com Orçamento Participativo, batalhassem pelos recursos, e lá estão os dois posto de saúde hoje funcionando. Bem como, quando entrou aqui nesta Casa para que pudéssemos aprovar um projeto na Av. do Lami, para que fosse lá implantada a Ecoclean. Naquela discussão, prezado Pujol, nós colocamos uma emenda de que deveria haver uma contrapartida na aprovação do projeto da Ecoclean, e a contrapartida era construir a Unidade de Saúde Paulo Viaro.

Esta é um pouco da nossa atuação no campo da saúde. Quero dizer, Ver.^a Jussara Cony, que registramos, defendemos, apoiamos e continuamos defendendo o maior Programa da Saúde da Família que já houve aqui no Brasil e que teve um incremento fantástico com o Programa Mais Médicos, que tem todo o nosso apoio, foi constituído pela ex-Presidente Dilma, com o apoio do Governo do Estado, com o apoio do atual Prefeito Fortunati, com o apoio do Secretário da Saúde e com o apoio de um grande número de Vereadores aqui desta Casa. Eu quero agradecer aqui aos 23 Vereadores que votaram a favor da moção que nós apoiamos, aqui nesta Casa, que deu as boas-vindas aos médicos estrangeiros que vieram prestar a sua solidariedade e o seu trabalho.

Diante disso também outro tema que trabalhamos muito foi o tema do transporte público. Esse tema teve um grande conflito na Cidade, inclusive culminou aqui na ocupação desta Câmara de Vereadores por um conjunto de jovens que defendem a passagem zero, o custo zero ou o chamado passe livre. E, naquela discussão, a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou um projeto de lei, registrou e entregou ao Prefeito Fortunati e ao Vice Sebastião Melo. E o que nós dizíamos? Que teria que ser revisto o sistema de transporte público de Porto Alegre, e continuamos dizendo isso ainda. O sistema de transporte público de Porto Alegre tem que ser revisto, porque, ao longo dessas duas últimas décadas, ele sofreu deteriorações. Uma delas foi quando, em 2008, o Prefeito Fogaça, por decreto, passou todo o caixa da arrecadação do transporte público para cair direto no caixa da ATP. Ou seja, todas aquelas passagens que as empresas pagam, lá no dia 25 ou 26 de cada mês, que saem do cartão dos trabalhadores, caem automaticamente no caixa da ATP. E a ATP deixou de ser a Associação dos Transportadores Públicos que cuidava do transporte público, prezado Pujol, como essência, e passou a ser um banco, cuidando do sistema financeiro. Falo isso, Pujol, dizendo que nós precisamos, sim, dos

empresários, temos que ter uma parceria nessa questão do transporte público, mas esse ganho tem que reverter para ser reinvestido no sistema de transporte público. Apresentamos aqui, Ver. Adeli Sell, o projeto de lei que tratou do sistema de transporte público que propunha que a sua gestão fosse de responsabilidade da Prefeitura; propunha que a fiscalização fosse da Prefeitura e não mais das empresas, como ocorre hoje. O que acontece hoje é que as próprias empresas fiscalizam as suas linhas. Quando há falha de um determinado ônibus, isso nem sempre chega com a exatidão dos boletins lá na EPTC, e nem sempre a EPTC fiscaliza. A EPTC abriu mão da fiscalização do sistema de transporte público de Porto Alegre, e ela tem que reestabelecer esta sua responsabilidade.

Dito isso, a Lei nº 12.587, que é a lei nacional que determinou o marco regulatório do transporte público, remete a esta situação. O transporte público de Porto Alegre não conseguirá mais continuar funcionando sem estar integrado na região metropolitana. Nós temos que ter um passe único na região metropolitana para que o sistema seja integrado, bem como não dá mais para continuar o transporte público só em cima de pneus de ônibus. Nós precisamos diversificar. O tema dos veículos leves sobre trilhos ou dos trens de superfície tem que ser retomado neste debate. Neste ano próximo deverá haver revisão do Plano Diretor, portanto, Ver. Luciano Marcantônio, não dá para fazer mais do mesmo do sistema de transporte público. Nós precisamos encontrar alternativas, como a maioria das cidades do mundo encontrou.

Dito isso, quero tratar de outro tema do transporte público: tivemos a satisfação de apresentar o projeto de lei que propôs a criação das linhas de lotação para a Restinga, Belém Novo, Campo Novo e Lami. Na negociação que fizemos com o Governo Municipal, não foi aceito encaminhar as linhas do Lami e do Campo Novo. Nesta negociação, nós transformamos o nosso projeto de lei em emenda ao projeto do governo que veio para cá propondo uma readequação no tema das lotações. E aí, Ver. João Carlos Nedel, o aprovamos, em 2010, e começaram a funcionar, em 2012, as linhas de lotação para a Restinga e para Belém Novo, que hoje lá estão, muito bem, obrigado, bem como os dois prolongamentos que trabalhamos e conquistamos – o senhor foi parceiro neste trabalho –, que foram as linhas de Ipanema, que foi até a Hípica, a de Guarujá, até Ponta Grossa e Chapéu do Sol. Isto, fruto desta investida de um trabalho que se propõe e depois se trabalha em conjunto com os colegas Vereadores e Vereadoras.

Gostaria de falar muito mais, mas quero dizer que um dos temas centrais que trabalhamos foi a reforma urbana, o tema da habitação. Fomos eleitos no ano de 2010 como Conselheiro Nacional das Cidades, representando os Vereadores do Brasil, assim nos mantendo até hoje, no Ministério das Cidades, e construímos o Programa Minha Casa, Minha Vida, e Porto Alegre poderia ter muito mais do programa Minha Casa, Minha Vida.

Porto Alegre continua, Ver. Luciano, cometendo equívocos: propõe áreas públicas suas para vender e, ao mesmo tempo, encaminha ações de despejo de comunidades que já estão em muitas áreas públicas há 10, 20, 30, 40 anos. Porto Alegre se mantém hoje com 750 vilas irregulares, com mais de 225 mil famílias que não estão com as suas casas regularizadas. O que significa regularizar isso? Aprovamos, lá em 2002, no Plano Diretor, e foi revisto em 2010, que a cidade tem que formar centros de bairro, os núcleos de bairro e ali concentrar as atividades econômicas, sociais e culturais e dar condições para que a cidade se regularize e que se intensifique nesses locais; e não expandirmos a cidade horizontalmente sem fim, porque não tem infraestrutura, não tem transporte público e não tem estrutura urbana que dê sustentação. Eu concluo minha fala, Sr. Presidente, dizendo que continuarei, junto com as entidades, implantando uma das conquistas que ajudamos a construir aqui e foram as 2.850 unidades habitacionais para as entidades em Porto Alegre; e elas iniciarão as suas obras agora em 2017. Uma conquista que os colegas Vereadores e Vereadoras nos auxiliaram a alcançar.

Quero, aqui, neste momento, agradecer a todos, Vereadores e Vereadoras, pelo apoio que tive nesse período e dizer que mesmo não estando aqui sentado com vocês, continuarei fazendo política de cabeça erguida, porque política se faz todos os dias na vida.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à

ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Lourdes Sprenger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, após a discussão do período preliminar de Pauta, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente. Senhores e senhoras, primeiramente, Fora Temer; “segundamente” cumprimento o Ver. Eng^o Comassetto pela prestação de contas que fez aqui. Mandato muito vivo, foi uma parte do que fez, mandato atuante, propositivo, com muita compreensão de que os temas de Porto Alegre estão ligados às políticas públicas nacionais. Pudemos acompanhar, testemunhar e é uma pena que não esteja entre os titulares, mas é nosso primeiro suplente e continuará no coletivo do Partido dos Trabalhadores fazendo política, com certeza.

O Ver. Márcio Bins Ely está propondo fortalecer a Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor com declaração de utilidade pública. E, Ver. Márcio, aproveito por parabenizá-lo por estar atento a uma dimensão importante como essa, porque todo o tempo, na verdade, nós estamos à mercê das cláusulas que não se enxergam, das letras pequenas, dos juros neste País, e vendo os altíssimos juros favorecendo o rentismo, o sistema financeiro, e o cidadão pagador das suas contas é lesado. Então essa dimensão é fundamental. Eu tenho prestado mais atenção às contas correntes e sugiro a todos que o façam, porque entram taxinhas, o banco vai jogando ali R\$ 8,00, vai retirando, vai sacando direto da conta do salário do consumidor. Esse salário, e é sobre ele mais que

quero falar, se tem essa ponta de quem é o direito de quem ao ganhar a sua sustentação com a força de trabalho, ter que ser respeitado ao adquirir um bem, um serviço, um alimento, de outro lado estamos vendo no Brasil um momento gravíssimo de supressão quase total de qualquer direito deste trabalhador que vive da força do seu trabalho. Hoje pela manhã, esta Casa recebeu uma audiência pública conjunta entre Senado Federal, Câmara Federal, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, de diferentes Parlamentares das respectivas esferas, pela defesa da Previdência, contra essa reforma da Previdência. E o tema é tão dramático que o Senador Paulo Paim, que se dedica muito a este tema – e por isso ele não foi votado até agora, pois ele pediu vista –, está fazendo audiências públicas do tema da terceirização, tem se dedicado muito a cada um dos ataques a quem vive da força do seu trabalho. E se prosperar a reforma da Previdência prevista nesta PEC que mandou o Presidente interino Temer, quem começar a trabalhar ou a contribuir depois dos 20 anos vai se aposentar, talvez, com 80 anos, com mais de 80 anos. É suprimir, portanto, a Previdência do País. É suprimir! Ao igualar homens e mulheres, sobrepenaliza as mulheres, porque vai ampliar dez anos, de supetão, no tempo de serviço das mulheres num período em que não houve alteração do terceiro turno, do turno das tarefas de reprodução da vida, das tarefas domésticas, dos filhos. A mulher continua com um trabalho extra majoritariamente nos lares brasileiros, e será penalizada com aposentadoria no mesmo tempo que o homem. E isso é gravíssimo, tratar de forma igual os diferentes, e assim também em relação ao campo, à aposentadoria rural, porque nós sabemos o que significa o trabalho rural, que é de domingo a domingo, não existe na agricultura folga semanal. É toda manhã levantar e tirar o leite da vaca, cedo da manhã, é capinar antes do sol, é colher, é trabalhar no sábado e no domingo. É diferenciado, sim, esse trabalho. Então, os temas, Sr. Presidente, da defesa do nosso cidadão, do valor da força do seu trabalho são temas que vão chegar de forma muito forte a partir de fevereiro, e eu quero que esta Casa esteja pronta para defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, a sua Previdência.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos nos estertores desta Legislatura, que, como bem acentuou no Grande Expediente o Ver. Comassetto, Presidente da Bancada dos Trabalhadores, foi um quadriênio extremamente movimentado no País, no Estado e, naturalmente, em Porto Alegre. Isso não obsta que Vereadores diligentes, como o Ver. Márcio Bins Ely, ainda tenham ânimo de apresentar projetos de leis a serem examinados pela Casa, e que hoje transcorrem seu primeiro ida da Pauta. Isto é, o projeto que declara de utilidade pública a Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor – Andicom, entidade que, à primeira vista, deve preencher por inteiro os pré-requisitos, Ver. Márcio Bins Ely, do projeto que V. Exa. propõe. Em verdade, o Ver. Márcio Bins Ely tem certeza que esse seu projeto em condições normais não será votado este ano, mas ele quer deixar registrado para certamente recuperar no próximo ano administrativo. Se me reporto a ele, Ver. Mauro, é porque hoje nós discutíamos com o Prefeito eleito da Cidade dois projetos de lei que foram encaminhados para a Casa na sexta-feira, e eu fiquei sabendo agora que às 17h30min, e que sequer tiveram condições de serem colocados hoje para o primeiro dia de Pauta. Então, o que eu coloquei hoje de manhã, o meu temor justificado de que não tenha condições objetivas de aprovar esses projetos ainda este ano, nos leva, Ver. Dr. Thiago, a aprofundar mais ainda esse meu temor. Até porque é anunciada a vinda de outros projetos que, pelo que me consta, ainda não chegaram na Casa.

Então, eu quero, ao tempo em que saúdo o Ver. Márcio Bins Ely pela sua persistência de continuar, ao apagar das luzes, ainda trabalhando, ele que é uma das pessoas que têm maior número de projetos aqui na Casa, ao mesmo tempo em que eu lhe saúdo, quero fazer essa advertência, porque nós não podemos, sob o temor de parecermos como opositores de uma nova era que o Prefeito eleito anuncia para Porto Alegre, deixar de ter alguns cuidados absolutamente indispensáveis. Eu quero, com toda a sinceridade, repetir, aqui e agora, até para que os Anais registrem, que eu não tenho nenhum preconceito, nenhuma predisposição e nenhum antagonismo antecipado com relação ao Governo que vai se instalar. Isso não determina que eu não tenha alguns critérios, com relação aos quais eu não quero cometer omissão e abandoná-los no momento equivocado. O meu querido amigo Ver. Kevin Krieger, que foi um grande Líder do Governo aqui na Cidade, sabe bem que eu, junto com ele, pleiteava para que os projetos de lei de interesse do Município chegassem aqui até o dia 15 de novembro, na expectativa de que nós

tivéssemos que prorrogar por mais alguns dias e eles serem apresentados até o dia 20 de dezembro, ou seja, 33 dias antes do término do ano legislativo. Esses projetos chegaram agora, agora, não foram ainda apregoados aqui na Mesa; deverão, provavelmente, ser apregoados no dia de hoje, dia 19, quando nós sabemos que o nosso recesso inicia-se dia 23. Toda essa cautela, Sr. Presidente, eu não tenho temor em expô-la. Teria, isso sim, um temor muito grande de me omitir de colocar essas posições: ou se forma, com relação a esses projetos, um grande consenso, um enorme consenso, e se faz operações absolutamente atípicas e necessárias – quando o consenso determina –, ou o meu prognóstico de hoje pela manhã pode vir a ser realizado. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, no mês de outubro, representando este Legislativo Municipal, bem como os Vereadores do Brasil, tive o prazer de participar do Habitat III – Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que se realizou, de 16 a 21 de outubro, na cidade de Quito.

Quero trazer aqui esta prestação de contas, Sr. Presidente. Já a fiz, oficialmente, e documentalmente entreguei aqui à nossa Diretoria, mas, como faço sempre, venho aqui a este plenário para prestar contas do trabalho. Quero dizer que o Habitat, um evento das Nações Unidas, acontece de 20 em 20 anos e trata de um tema fundamental, que é o direito à cidade e à cidadania. Neste encontro, que é organizado prioritariamente para as autoridades locais, ou seja, os prefeitos e vereadores de todo mundo, estavam presentes nada mais, nada menos do que 140 países do mundo e grandes prefeitos de todas as cidades do mundo. O nosso Prefeito Fortunati, infelizmente, não foi; estava programada, inclusive, uma fala sua, mas ele não conseguiu comparecer. O Prefeito de Montevideu lá estava, Ver. Adeli, de Rosário, cidade em que o senhor e uma equipe aqui da Câmara foram fazer discussões urbanísticas; de Barcelona, de Madri, de Montreal, de San Francisco, enfim, de inúmeras cidades. Está à disposição de todos a prestação de contas,

e a Carta de Quito, carta da Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas para o habitat e o desenvolvimento sustentável.

Nessas plenárias fica evidente que o olhar tem que ser cada vez maior para os Municípios, para as cidades. Aqui no Brasil, ainda temos uma agenda a ser resolvida. Eu sou um militante municipalista, porque tudo acontece no território do Município, mas nem todos os recursos são destinados a ele; tem que haver um equilíbrio melhor entre o governo central, os estaduais ou provinciais e os governos locais.

Esse foi um dos temas centrais dos debates que ocorreram em Quito, bem como, Ver.^a Sofia, Ver.^a Fernanda, Ver.^a Jussara, Ver.^a Lourdes, cito aqui as Vereadoras mulheres desta Casa, porque um dos temas apresentados por todas as cidades do mundo foi o direito à habitação, à cidade, e o reconhecimento das populações que vivem na cidade. Território urbano não é caso de polícia para poder encontrar habitação adequada para essas famílias. Citei as quatro colegas Vereadoras porque elas sabem que o direito à habitação, ao lar, à mãe, à família, à estrutura é fundamental para que se exerça o direito à igualdade para que se tenha direito desde criança à saúde, à educação, à habitação, ao saneamento básico, à cultura, etc.

O Brasil foi com uma delegação de várias representações de vários Municípios brasileiros, o mais próximo daqui foi a delegação de Canoas que estava apresentando vários projetos seus desenvolvidos.

Concluo dizendo que eu não conhecia a cidade de Quito e fiquei impressionado com a sua organização. A grande Quito tem 4 milhões de habitantes. Andei de ônibus, nos BRTs, que lá funcionam, tem paradas de ônibus, lá é tudo estruturado, diferente daqui. A passagem de ônibus em Quito custa U\$ 0,25, ou seja, em torno de R\$ 0,85 hoje. Por que lá custa esse valor e por que aqui a nossa passagem de ônibus é quatro vezes e meia mais cara do que a de Quito, no Equador? Gostaríamos de trazer esse exemplo. Quero aqui dizer àqueles Vereadores e Vereadoras que tiverem a oportunidade de conhecer essa cidade, Quito, no Equador, conheçam, é uma cultura magnífica, de uma organização muito superior à de Porto Alegre. Quero trazer aqui esse relato que foi a prestação de contas deste Vereador no Habitat III – Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável. Vou entregar o relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Quero dizer que acabo de chegar da Praça da Matriz, onde estive boa parte da manhã junto com a luta legítima e necessária dos servidores públicos estaduais. Vários me perguntaram sobre os meus olhos vermelhos na medida em que eu adentrava na Câmara de Vereadores, na tarde de hoje. Quero dizer que isso é responsabilidade direta das dezenas de bombas de gás lacrimogêneo que o Governo Sartori jogou nos servidores públicos estaduais agora, ao meio-dia, lá na Praça da Matriz. Uma vergonha completa! Um Parlamento fechado para os servidores que dedicam a vida ao serviço público, cheio de grades para todos os lados, com recuos daqueles que têm medo da luta popular e da voz dos servidores que não aceitam esse massacre, que é o Pacote do Sartori. Mais vergonhoso ainda é que cada uma das cápsulas de bomba, que custam R\$ 800,00, é mais do que eles pagam aos nossos servidores quando parcelam salários em parcela de R\$ 600,00, como tem sido a tônica nesses dez meses de verdadeira brutalidade contra o conjunto de servidores públicos estaduais. Mais vergonha ainda é ver o Governo Santori mandar a Brigada Militar reprimir a manifestação legítima e necessária dos servidores, a Brigada Militar o fazer quando, na verdade, a repressão é para garantir projetos que atacam a carreira dos brigadianos, que atacam a carreira dos policiais civis, que atacam a carreira dos professores estaduais, confiscando o 13º, mudando a data do pagamento dos salários dos servidores estaduais, tirando a licença-prêmio, fazendo um conjunto de ataques aos direitos dos servidores e, muito mais do que isso, ao conjunto dos serviços públicos, privatizando a nossa energia elétrica. E nós sabemos que a energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento do Estado, para privatizar para que os grupos chineses, que já controlam 22% da CPFL e a RGE passem a controlar também a CEEE; a Sulgás, que é superavitária; a CRM, que controla 89% do carvão mineral que existe no Brasil e está aqui no Rio Grande do Sul. E eles querem privatizar de certo a preço de banana como fizeram os Governos neoliberais do PSDB à época. Mais do que isso, atacando o conjunto das fundações, dando de presente de Natal, entre aspas, a demissão para 1.200 servidores públicos que dedicaram a vida na Fundação Zoobotânica, na

Fundação de Economia e Estatística; que dedicaram a vida fazendo comunicação pública e sendo o primeiro espaço da cultura como é a FMCultura e como é a TVE; atacando a Fepagro, a Cientec, o conjunto de instituições fundamentais de planejamento como é o caso da Metroplan, como nós tivemos a oportunidade, Ver. Prof. Alex, de acompanhar o projeto que a Metroplan está desenvolvendo, para o caso das cheias de Alvorada, de uma bacia de contenção. Mas isso eles ignoram, porque o projeto é o sincericídio; é massacre aos que mais precisam das políticas sociais; é a demonização dos servidores públicos de carreira e a repressão para provar esse conjunto de pacotes; é o Parlamento fechado para que as galerias não estejam com trabalhadores e trabalhadoras que dedicaram a vida ao serviço público, que têm muito mais que o direito de estar no Parlamento, têm o dever, mas eles são obrigados a fechar o Parlamento porque não querem a voz do povo. É inadmissível o que acontece neste momento, agora, na Praça da Matriz: um cenário de ataques de bomba, bomba e bomba sobre o conjunto do funcionalismo. Nós, que temos compromisso, queremos deixar claro que nós ficaremos lá na tarde de hoje e eu logo volto à Praça da Matriz. Se eles querem votar na calada da noite um pacote de maldades, os servidores e a sociedade vão estar acompanhando e nós faremos muito mais do que estar lado a lado com os servidores, com nosso Deputado Pedro Ruas, com as nossas lideranças, com os nossos jovens do Juntos, com os militantes do partido. Nós chamamos a todos a ocupar a Praça da Matriz. Nós chamamos todos para resistir. Se acham que podem nos calar com meia dúzia de bombas de gás lacrimogêneo, não calarão. E mais: nós queremos o dia em que os servidores da segurança pública, sobretudo os da Brigada Militar, não sirvam de bucha de canhão para interesses que não são seus, que são interesses da elite, que são interesses dos governos que massacram o conjunto do funcionalismo.

Eu quero agradecer a atenção de todos e de todas e, ao mesmo tempo, a solidariedade de vários que vieram me perguntar sobre os olhos vermelhos. Os olhos vermelhos não são nada diante do ímpeto de resistência e de luta que nós teremos para lutar, com o conjunto do funcionalismo, contra o pacote de maldades. E muito mais do que isso: para lutar pelo “Fora, Sartori!”, pelo “Fora, Temer!”. Basta de governos que governam para as elites e que massacram o conjunto do povo gaúcho, o conjunto do povo brasileiro. Basta de ataques ao conjunto dos nossos direitos! Nós estaremos ocupando as praças, ocupando as ruas, defendendo os direitos da classe trabalhadora junto com os servidores.

Por isso eu vendo a esta tribuna trazer este relato e dizer que logo volto para a Praça da Matriz. Hoje seguiremos firmes e fortes nessa resistência.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. Dr. Thiago.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós estamos recebendo, já há uns dez dias, muitas cobranças pelas redes sociais, que é por onde temos um maior contato ao longo dos anos.

Antes de eu responder, quero fazer alguns registros sobre o projeto SEDA. A SEDA foi a segunda secretaria do País, e o projeto sucedeu a uma coordenadoria criada por demanda da nossa causa, em 2008, pelo Prefeito Fogaça. Era uma coordenadoria enxuta, fez vários projetos e deu origem à autorização para a criação do projeto SEDA. A criação da secretaria se deu em 2011, e eu me sinto muito honrada de ter feito parte desse projeto, que, infelizmente, foi alterado em 2012, sendo retirada uma cláusula muito importante que é o resgate emergencial. Portanto, não é o projeto original.

Se falarmos de animais, não podemos deixar de falar do mercado *pet*, que gera emprego e renda que gera emprego e renda. São 850 mil empregos indiretos – números que já estão defasados, com um mercado que cresce cada mais, com as *agropets*, as *petshops*, entre outras. Também há as indústrias de ração, que faturam bilhões, gerando impostos. Então, foram cinco anos, com duas unidades móveis, uma com bloco cirúrgico, mais o bloco cirúrgico da Zoonoses; houve algumas pequenas obras no canil municipal, com um orçamento razoável, que nem sempre foi utilizado por falta de projetos. Faltaram políticas públicas para ampliar o controle populacional e tem que seguir o que a Organização Mundial da Saúde determina. Nós temos que ter um número planejado para poder atingir o controle populacional, e não fazer projetos pingadinhos, com dez castrações aqui, mais dez castrações ali. Isso ajuda, mas a procriação é muito mais rápida. Faltou atendimento;

a sociedade não reconheceu o trabalho desenvolvido, porque faltaram campanhas para conscientização por, muitas vezes, motivos econômicos, para evitarmos os abandonos, para evitarmos os maus-tratos, incentivarmos as adoções e não termos 300 animais albergados somente em Porto Alegre, fora os que estão na grande Porto Alegre. Foram investidos R\$ 600 mil para outro Município e nós necessitamos, sim, saber onde estão esses animais; mesmo tendo o Termo de Adoção, temos que ter uma auditoria para ver onde estão esses animais, porque, afinal de contas, o Município tem a tutela dos animais e é responsável por eles. Quanto aos os maus-tratos, que geram multas de até R\$ 17 mil, não consta nada no Fundo Municipal dos Direitos dos Animais, porque os processos não foram totalmente concluídos e as pessoas continuam com esse comportamento. Então, o Fundo Municipal dos Direitos dos Animais está com pouquíssimos recursos, recolhidos pelas demandas feitas pelo número 156. Quero dizer aos desinformados da Prefeitura ou aos de fora dela que não precisa ser *hacker* para atuar com estatísticas, que os dados que levanto são, sim, da transparência que estão no *site* da Prefeitura. E *hacker* é para ignorante, para quem não conhece o sistema da Prefeitura, e dentro da própria SEDA há alguns incompetentes. E agora circula nas redes uma convocação que não passou pela presidência, que não tem nem a publicação no jornal, para uma audiência pública, usando o nome da Câmara Municipal, para tratar do fator SEDA. O fator SEDA hoje foi bem esclarecido: o novo Governo – eu não votei no novo Governo! – foi bem claro em dizer que as atividades vão continuar sob o enfoque de gestão. E nós vamos cobrar, se não funcionar. Não estou dando o aval de que está cem por cento, mas nós vamos cobrar. E se é assim o novo Governo, acatamos até ver como vai funcionar. É isto o que eu quero dizer às protetoras: fiquem atentas. Audiência pública que não segue os ritos da Casa não é audiência pública; é uma reunião, simplesmente, que foi convocada aqui para esta Câmara, da qual eu não vou participar.

Também eu quero citar a situação de que não foi possível falar ao novo Prefeito sobre a retirada das carroças, que é uma lei assegurada, para o que nós temos R\$ 9 milhões do BNDES para inclusão social, R\$ 9 milhões da Prefeitura. Então todos esses projetos nós estaremos acompanhando, estando aqui ou não; vamos fazer o que nós sempre fizemos ao longo de 20 anos.

Também quero esclarecer sobre alguns mi-mi-mis. Andam por aí dizendo que eu sou contra o hospital; eu quero deixar bem claro que eu sempre fui favorável a um hospital

que fosse feito mais perto de Porto Alegre, ali perto do bairro Jardim Botânico. Realmente aprovamos o hospital, porém estão faltando ainda as licenças. É um hospital que vai demandar mais veterinários, mais recursos, e nós contamos que ele comece a atender com projetos de controle populacional, multas elevadas para quem praticar maus-tratos. Vamos parar com esses mi-mi-mis, e vou fazer uma nota na minha rede social e ainda vou dar os nomes sim. Ficam acomodados atrás de gabinetes e ficam fazendo conversinhas com a rede de proteção animal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu queria agradecer ao Ver. Kevin Krieger, que me cedeu este período de Comunicações. Eu quero falar em nome dos trabalhadores da cidade de Porto Alegre, trabalhadores do Morro da Cruz, Campo da Tuca, Costa e Silva, Recanto do Sabiá, Mário Quintana, Restinga, Vila Farrapos, da periferia de Porto Alegre, Jardim Itu, Jardim Sabará, Lomba do Pinheiro, Beco do Adelar e várias vilas de Porto Alegre onde não há segurança. Algumas dessas vilas, Recanto do Sabiá, Mário Quintana, são exemplo disso, pois lá tem um toque de recolher que dura algum tempo. Isso tem acontecido em várias vilas de Porto Alegre, e aí citei aqui o Itu/Sabará, bairro onde eu moro, perto do Morro Santana, onde diariamente têm ocorrido assassinatos, até de um agente da Polícia Federal, quando saía de uma farmácia.

Aí, se vê, há mais de uma semana, um contingente expressivo da Brigada Militar no Palácio Piratini. Como se vê, qualquer manifestação que tem em Porto Alegre, qualquer ordem de despejo na Cidade, arbitrária, como se vê, quando tem que reprimir o povo, um contingente expressivo da Brigada Militar. E onde a Brigada Militar tem que estar, assim como essa Força Nacional que vem aqui para passear, não estão presentes. É incrível isso. Na Cruzeiro, nós vimos o Pronto Atendimento da Cruzeiro ser sitiado, e não uma, nem duas, três vezes! Nós vimos acontecer a mesma coisa no bairro Bom Jesus. E a gente vê um contingente expressivo da Brigada Militar na frente do Palácio Piratini.

Algumas coisas têm que ser feitas no Governo do Estado, com certeza; agora, até hoje não foi respondido: se vender a Corag, quem vai imprimir as coisas do Governo? Se vender a Fundação de Desenvolvimento e Recursos Humanos, quem vai fazer a qualificação, o recrutamento dos funcionários do Governo? Perguntas que foram feitas e que não foram respondidas pelo Governo. Empresas que dão lucro; empresas que têm superávit; empresas que fazem um papel importantíssimo – e estou citando somente duas! Essas empresas, além de terem um papel importantíssimo, ainda dão lucro ao Governo! É uma total incapacidade de um governo quando não sabe administrar as suas empresas; aí acha, por bem, vender, em vez de pegar o lucro e investir em seu povo, em vez de pegar esse lucro e qualificar o servidor público, em vez de pegar esse lucro e botar na segurança, na saúde, que são as necessidades do povo. Prefere botar a segurança lá cercando o Palácio Piratini, em vez de botar a segurança onde tem que estar, que são nas comunidades carentes de Porto Alegre, onde se vê motoristas de ônibus serem assassinados, onde se vê trabalhadores serem assaltados e assassinados. Isso é um repúdio que esta Casa e o povo de Porto Alegre têm que fazer, porque isso é um total ato de covardia do Governo, que tinha que usar a sua capacidade de negociação para negociar com o povo, com os servidores, com a sociedade a necessidade do Rio Grande do Sul avançar. Isso teria que ter sido feito há dois anos. Agora, tem que explicar: por que está somente vendendo empresas produtivas? Por que não acaba com o Tribunal Militar? Por que não acaba com as aposentadorias aos 50 anos? Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas, Vereadores e Vereadoras, é chegado o final do ano e nós observamos com muita atenção e com certa apreensão as modificações, muitas delas, como o Ver. Janta colocou aqui, necessárias, que devem ser feitas no Estado, mas algumas outras que precisam de um aprofundamento maior. Falo da justa modificação na lei infraconstitucional do Instituto-Geral de Perícias para uma adequação à Emenda Constitucional, que foi aprovada ainda este ano com relação à retirada da dedicação

exclusiva, que eu acho bastante justo e importante, exatamente para poder qualificar o quadro funcional do Instituto-Geral de Perícias. Mas algumas situações, realmente eu acho que necessitariam de aprofundamento maior, talvez de algumas possibilidades maiores, como um plano de demissão voluntária anterior a isso, que é o caso específico da Fundação de Economia e Estatística, que realmente presta um trabalho importante no sentido de fundamentar o Estado com dados necessários às avaliações e investimentos. Nós tivemos a FEE e a sua presidência participando várias vezes deste plenário, desta tribuna, e se mostrou extremamente relevante, principalmente na compilação de dados, seja para questões de saúde, seja para questões de segurança, seja para questões de desenvolvimento do Estado. Então, realmente acreditamos que isso careceria de uma maior discussão, enfim, de uma avaliação.

Com relação às questões municipais, toda a reformulação administrativa que acaba vindo para esta Casa com enxugamento da máquina é bem-vinda. O Município não pode tolerar o trabalho de um número maior que 37, entre departamentos e secretarias. É importante que venha para esta Casa o enxugamento, mas com o enxugamento dos secretários adjuntos também, colocamos isso na reunião hoje pela manhã, é importante que isso ocorra; não adianta uma redução somente dos secretários titulares sem a adequada, coerente e procedente também diminuição dos cargos de secretário adjunto que foram colocados nessa secretaria, muitos com o objetivo de acabar fiscalizando, entre aspas, o secretário titular. Isso acabou sendo um grande um problema, as secretarias tiveram mais dificuldade nos seus andamentos com os secretários adjuntos em função da disputa e litígio na condução dos trabalhos de cada uma das secretarias. Então, acreditamos, sim, na diminuição no número de secretarias, sem que se perca qualidade, sem que se perca o foco, que é o atendimento das pessoas, mas isso precisa vir em conjunto com a diminuição dos secretários adjuntos.

Acho que algumas secretarias de meios não têm que existir. Eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, acho que a Secretaria de Direitos Humanos deve estar presente em todas as secretarias, ser uma secretaria transversal, mas não com as seis estruturas que ela apresenta hoje. Então, existem diversas secretarias de acessibilidade, pois ela deve estar presente em todas as secretarias, deve ser transversal, o pensamento de acessibilidade deve ser transversal, e isso não significa ter uma secretaria para ter a questão de acessibilidade.

Então nos colocamos ao lado do Ver. Pujol, quando ele diz que é um projeto bastante complexo, não é um projeto não é tão simples assim, que realmente precisa da acordância e da concordância do pensamento político da Cidade, de todas as lideranças, para poder ser enfrentado. Então, três dias realmente é um prazo bastante exíguo para se fazer uma análise profunda dessas questões.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas. Eu pediria aqui a mais redobrada atenção dos Vereadores e Vereadoras, porque estamos discutindo judicialmente um processo, um mandado de segurança, em que eu sou autor, e tem como polo passivo o Ver. Dr. Thiago. Basicamente, o tema é um pedido de vista de um projeto de lei que tramitava na CEDECONDH, em que o Ver. Dr. Thiago, que atualmente é o Presidente da CEDECONDH, negou-me a vista. Eu reiteradamente o procurei, disse que era um direito a concessão da vista, está lá no nosso Regimento, mas o Ver. Dr. Thiago infelizmente manteve a posição e não restou alternativa senão buscar via judicial. Eu o fiz.

Nesse processo, o Ver. Dr. Thiago, ao prestar as informações, disse que, quando iniciada a tomada dos votos, não cabe mais pedido de vista. Pois bem, isso afetivamente se aplica, mas se aplica quando estamos na reunião presencial, em que o Presidente inicialmente coloca em discussão, em determinado momento ele encerra a discussão e coloca em regime de votação. A partir desse momento, não caberia mais então pedido de vista. Portanto, isso não se aplica quando os votos são tomados fora da reunião da Comissão, quando é o nosso comum: secretários e secretárias – neste momento vejo o Oscar, da CUTHAB – vêm até nós e recolhem os votos ou no plenário ou nos nossos gabinetes, recolhem os votos fora da reunião da comissão. Portanto, não há como determinar o início da tomada de votos, porque é o servidor ou servidora da Comissão que chega ao plenário, e o primeiro que encontra coleta voto, num caráter totalmente

alheatório. Vejam que não se aplica negar vista com base de que já está iniciado. Aliás, a palavra “início” nem está no Regimento, ela diz “antes da tomada de voto”. A palavra “início” não está ali. O que quero dizer com isso? Neste momento – por isso peço toda a atenção – a sentença foi improcedente; nós entramos com a ação e perdemos. A Justiça acolheu a tese do Ver. Dr; Thiago de que não cabe pedido de vista quando iniciada a votação no momento da recolhida dos votos em plenário.

Bom, então, nós estamos num caso perigoso. Por quê? Ao manter essa decisão, quem for Presidente terá aqui um precedente judicial e poderá negar vista das tramitações dos projetos de leis. Esse é o precedente que se abrirá com essa decisão judicial. Eu quero aqui fazer um pedido aos demais membros, que sabem da nossa sistemática, que sabem que é comum chegarem aqui os secretários e secretárias das Comissões com os projetos embaixo do braço; nós olhamos, é o primeiro momento que temos acesso ao parecer e pedimos vista. Isso é muito comum, é do dia a dia. Acabei de ver o Oscar aqui, da CUTHAB, fazendo justamente isso. Pois bem, agora que tem ação judicial, houve uma mudança de procedimento. A Ver.^a Fernanda pediu vista de um projeto, dias atrás, e lhe foi negada pelo Ver. Elizandro Sabino, justamente para tentar abarcar a tese do Ver. Dr. Thiago lá no processo. Na CEDECONDH é a mesma coisa, eu pedi vista a um projeto, há 15 dias, porque a secretária estava aqui recolhendo assinaturas, era o PLL nº 024/16 que trata de questões de defesa civil, um projeto pelo qual eu tenho interesse no tema, tenho apoiadores que são da defesa civil, e queria dar uma olhada no projeto. Mas o Ver. Dr. Thiago, há 15 dias, não me concedeu vista e até agora o processo está lá no seu gabinete. Se ele conceder vista, ele se contradiz lá no processo judicial.

Então eu quero aqui fazer um apelo e deixar uma advertência para todos e todas. Estamos com um grave risco. Nós recorremos da decisão, fizemos a apelação, mas talvez ela não se confirme. Então teremos um precedente judicial perigosíssimo aqui para a tramitação dos nossos projetos de lei. Não quero nem entrar no mérito aqui, Sr. Presidente. Eu acho que não vale entrar no mérito do projeto em si. É um projeto com uma certa complexidade. Eu já tinha feito, quando estava na CCJ, um pedido de diligências que foi negado pelo Ver. Pujol. Então, vejam, é um processo que tramita com dificuldades e agora vem essa mudança de posição.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Marcelo, o art. 42 fala do funcionamento das Comissões Permanentes e diz que “havendo consenso, a apreciação de pareceres e de redações finais dar-se-á mediante a coleta de assinaturas fora do âmbito da reunião.” Portanto, se não derem mais vista, na tramitação, coletando assinaturas, vai terminar isso. Nós não vamos dar consenso para coletar e acelerar algum projeto de interesse dos Vereadores. Ou respeitamos a possibilidade de participação ou não vamos favorecer prazo que não seja a lei.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Concluo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: É claro, Ver. Marcelo, que o Tribunal de Justiça acolheu a nossa colocação. É que está escrito no Regimento, mas o Ver. Marcelo esqueceu de ler o Regimento. O art. 48, parágrafo 2º diz que será permitida vista ao processo antes da tomada dos votos por um período de no máximo 24 horas. Antes da tomada de votos será permitida a vista, depois que começou o processo de votação não tem vista. E não está no meu gabinete a pegadinha que o senhor quis me fazer com o outro projeto. Está lá na Procuradoria da Casa, e me informam agora que o parecer da Procuradoria da Casa é igual ao nosso e igual ao do Tribunal de Justiça. Está escrito no Regimento.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: V. Exa. permite um aparte?

O SR. DR. THIAGO: Não tem aparte, Vereador. Está no Regimento também que tempo de Liderança não tem aparte. Peço que o senhor leia o Regimento. Eu vou propor à Presidência do ano que vem que entregue o Regimento para cada um estudar no mês de janeiro. Eu vou propor isto. Vamos estudar o Regimento, porque daí não vamos ter esses desconfortos.

Se o senhor entende que não está correto isso que está colocado no Regimento, o senhor tem toda a condição de propor um projeto para mudar o Regimento. Mas está no Regimento, Vereador. Vou ler de novo. (Lê.): “As proposições distribuídas às Comissões serão encaminhadas pelo Presidente ao Relator que, após o recebimento, terá o prazo de 6 (seis) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para emitir parecer ao projeto ou à contestação. Decorridos esses prazos, caso não haja parecer, o Presidente remeterá a proposição para outra Comissão ou para o Plenário, perdendo a Comissão a propriedade opinativa no processo.”

Aí, o parágrafo 2º diz o seguinte (Lê.): “Serão permitidas vistas ao processo antes da tomada de votos por um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por uma única vez, a cada membro da Comissão que as requerer...”. Antes da tomada dos votos.

Começou o processo de votação, não tem vista. É que o Ver. Marcelo ficou chateado neste projeto – e aí eu vou ter que entrar no projeto – porque era um projeto dele, e ele já tinha tido a possibilidade de pedir vista no ano passado, quando este projeto passou pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente; lá ele pediu vista, e lá conseguiu reverter o voto. Agora, na Comissão de Direitos Humanos não conseguiu reverter. O outro Vereador que poderia votar com ele estava viajando, e aí ele não teve os votos necessários para poder trazer o projeto para o plenário. Então, eu acho que tem duas coisas: ou a gente aplica o Regimento e não fica criando jeitinho em cada situação... E não adianta pegadinha comigo, Vereador. Eu vou subir à Procuradoria e vou ter o mesmo procedimento vertical que sempre tive, cuidando o Regimento. Eu até queria lhe dar vista naquele momento. O senhor é testemunha disso. Se o senhor não quiser dizer, eu vou dizer. Eu queria lhe dar vista, mas consultei a Procuradoria da Casa, que me disse: “Olha, vai-se abrir um precedente nessa situação, porque já estão colhidos os votos”. Então, está. Eu lhe pedi desculpas. Volto a lhe pedir desculpas, apesar de o senhor já ter tido vista ao projeto, ao mesmo projeto, quando estava na Comissão anterior, e eu ia entender que é um objetivo postergatório de V. Exa. para poder trazer a matéria para o plenário – o que é legítimo, eu não discuto isso. Agora, não venha me acusar de arbitrariedade, uma vez que está descrito no Regimento, é posição da Procuradoria da Casa e é posição do Tribunal de Justiça. Todo mundo está errado? O Vereador está certo, e todo mundo está errado? Então, proponho, se V. Exa. entende que essa regra está incorreta, que se modifique o Regimento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Mendes Ribeiro Filho está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós vamos precisar de muita harmonia e muito diálogo para poder ajudar a cidade de Porto Alegre. A nossa Bancada esteve atenta hoje – estávamos o Ver. Adeli Sell e eu – na reunião com o Prefeito eleito Marchezan, e entendemos que os dois projetos que foram apresentados a esta Casa na sexta-feira à tarde merecem uma atenção especial, precisam de correções e precisões.

A primeira questão que levantei hoje, em nome da minha Bancada, foi que há um projeto que cria, sim, secretarias, secretários. Nove secretarias. E, segundo as palavras do Prefeito, não extingue nada de cargos, no entanto o projeto aparentemente extingue cargos. E, além das nove secretarias, cria o cargo de Secretário do Município na Secretaria Municipal da Fazenda. No mínimo tem que ter uma explicação do que significa Secretário de Município na Secretaria Municipal da Fazenda. No projeto não tem, o projeto não traz repercussão financeira, seja negativa, seja positiva, não informa que valores estão se suprimindo, que valores estão se mantendo. O Prefeito Municipal afirma – e o projeto diz – que serão mantidos por 120 dias os cargos das secretarias extintas. Afinal, extingue ou mantém por 120 dias? Esse custo se soma ou se subtrai? Aí o Prefeito diz: “Não, mas, se eu não nomear, o custo não existe”. Sim, mas nomear é uma discricionariedade do Prefeito e não dos Vereadores e Vereadoras, portanto ele poderá nomear todos no primeiro mês, independerá da nossa vontade. Se deliberarmos por criar mais 15 secretarias, ele poderá nomear todos os atuais e mais os quinze. E mais: não tem indicação de que o Prefeito está reduzindo CCs. Nenhuma! Cobramos isso, porque ele apresentou na campanha que reduziria 30% dos CCs. Não apareceu isso no projeto de lei. Há sombreamento, aparentemente, de funções, mas essa é uma definição do gestor. Terá nossa crítica, mas não é essa a questão central.

A questão que é grave é que da FASC não se diz nada – a Assistência Social, com o drama que temos em relação aos moradores de rua, a crise do recadastramento no Cadastro Único, que pode prejudicar milhares de pessoas para receber o Bolsa Família, para serem incluídos em políticas sociais. Não sabemos se terá continuidade; não sabemos e não entendemos por que aparentemente se extingue a função de secretário e não se extingue a função de secretários adjuntos. Então se mantém o adjunto? Nós entendemos que o tema dessa construção nova é respeitável, entendemos que é preciso enxugar, é possível enxugar. Há pequenas secretarias que estão sendo enxutas, no entanto estão sendo criadas novas pequenas secretarias, como a Secretaria de Relações Institucionais, como a Secretaria de Captação de Recursos ou que seja de PPPs. Então é preciso que mais de um projetinho desse, cuja justificativa, senhores, são três parágrafos e nenhuma repercussão financeira... E o próprio Prefeito, em dúvidas, afirmando que nada está sendo extinto, nada, e o texto da lei, sim, diz que ficam revogados o art. 4º da lei tal e tal. Esses artigos, precisamos abri-los e desdobrá-los.

Quero dizer a V. Exas. que, de imediato, precisamos de uma reunião que não seja uma repetição. Hoje foi repetição da reunião de quinta-feira: nós fizemos mais perguntas, mas o Prefeito sem condições de aprofundá-las. O projeto de lei é uma carta de intenções, ele não tem consistência, ele é incongruente, ele é contraditório em si e pode, sim, em uma situação dramática que o Município está vivendo, implicar em maior custo e maior gasto de pessoal com servidores, principalmente cargos comissionados. Encerro, Sr, Presidente, dizendo que a oposição – estou em Liderança pela Bancada do PT, mas já conversamos com a Ver.^a Jussara, a Ver.^a Fernanda e o Ver. Prof.^o Alex Fraga – entende que nós temos que ter mais elementos para avaliar tamanha mudança, sob pena de prejudicar ainda mais a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h40min.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h25min.)